

MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta

Gláycion Vinícios Antunes de Souza

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: glayconantunes@hotmail.com

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: mirlei@ufu.br

Resumo

A partir dos anos 2000 observamos o aprofundamento da especialização territorial produtiva no cultivo de *commodities* agrícolas voltadas ao mercado externo em porções dos cerrados Norte e Nordeste. Diante deste processo de expansão do agronegócio nesta região do país, o Estado brasileiro articula um conjunto de ações visando o fortalecimento da atividade agropecuária no MATOPIBA (região que envolve porções do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O presente artigo¹ avalia como o Estado, a partir de um conjunto de estudos elaborados pela Embrapa, produziu uma região que pode ser considerada como uma “ferramenta” para o planejamento de políticas públicas destinadas à promoção do agronegócio, com fins de atribuir maior competitividade à produção regional. Tal condição toma contorno mais preciso através da promulgação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, que confere à região o status de área estratégica de expansão do agronegócio no país, criando de certo modo a viabilização do uso corporativo do território.

Palavras-chaves: Viabilidade territorial; região como ferramenta; agronegócio; MATOPIBA.

MATOPIBA: Strategic Territorial Intelligence and regionalization as a tool

Abstract

From the year 2000 we can observe the deepening of the productive territorial specialization in the cultivation of agricultural commodities aimed at the foreign market in portions of the North and Northeast Cerrados. In the face of the process of the agribusiness expansion in this region of the country the Brazilian State is articulating a set of actions aimed at strengthening the agricultural activity in MATOPIBA (a region that involves portions of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia). This paper evaluates how the State, from a set of studies elaborated by Embrapa, produced a region that can be considered a “tool” for the planning of public policies destined to the promotion of agribusiness, in order to give greater competitiveness to the regional production. Such condition takes more precise shape through the promulgation of MATOPIBA's Agricultural Development Plan (ADP), which gives the region the status of a strategic agribusiness expansion area in the country, creating, to some extent, the viability of corporate use of the territory.

Keywords: Territorial viability; region as a tool; agribusiness; MATOPIBA.

¹ Este trabalho resulta de pesquisa de mestrado que contou com o apoio financeiro do Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), entre os anos de 2015 e 2017.

MATOPIBA: la Inteligencia Territorial Estratégica y la regionalización como herramienta

Resumen

A partir de los años 2000, observamos que en segmentos de los cerrados Norte y Nordeste se produce una profundización de la especialización territorial productiva en el cultivo de *commodities* agrícolas, enfocadas al mercado externo. Frente a este proceso de expansión del agronegocio en esta región del país, el Estado brasileño ha desplegado una serie de medidas que buscan potenciar el fortalecimiento de las actividades agropecuarias en MATOPIBA (región que abarca segmentos de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahia). El presente artículo evalúa como el Estado, a partir de un conjunto de estudios elaborados por la EMBRAPA, produjo una región que puede ser considerada como “herramienta” para la planificación de políticas públicas destinadas a la promoción del agronegocio, con objetivo de contribuir a una mayor competitividad de la producción regional. Dicha condición toma forma, de manera más precisa, a través de la promulgación del Plan de Desarrollo Agropecuario (PDA) de MATOPIBA, que entrega a la región el estatus de área estratégica de expansión del agronegocio en el país, contribuyendo así, a una mayor viabilidad del uso corporativo del territorio.

Palabras-clave: Viabilidad territorial; región como herramienta; agronegocio; MATOPIBA.

Introdução

Na década de 2000 configura-se um novo conjunto de relações produtivas no campo moderno brasileiro, com o estabelecimento daquilo que Guilherme Delgado denominou como “pacto de economia política do agronegócio” (DELGADO, 2012). Segundo o autor, esta condição do agronegócio resulta de esforços públicos e privados, com objetivo de gerar saldos comerciais externos para suprir o *déficit* da conta corrente nacional. A principal estratégia para alcançar tal meta, visando a superação do *déficit* da balança comercial, deu-se através da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Esta configuração pode ser entendida como uma associação econômica entre a agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito (sendo o Estado brasileiro um dos principais financiadores do setor), além de garantias para a formação de um novo mercado de terras, com o objetivo de promover uma estratégia econômica própria ao capital financeiro, que busca esquemas renovados de acumulação (DELGADO, 2012).

Este pacto de economia política do agronegócio implica na reorganização do território, sendo o aprofundamento da especialização territorial produtiva (na produção de *commodities* agrícolas) em diferentes regiões do território brasileiro e em especial nos Cerrados, uma de suas expressões mais diretas. Neste sentido, Frederico (2014, p. 2134) considera que há o estabelecimento de um “pacto de economia política do território” fundado no agronegócio, que pode ser entendido como a articulação dos diferentes agentes do setor (Estado, corporações, agricultores e investidores financeiros) com o objetivo de criar

estratégias de “[...] apropriação do excedente e a utilização do capital sobreacumulado para a incorporação e organização de espaços sob a lógica do modo de produção dominante”.

Neste contexto observamos o aprofundamento da especialização territorial em porções setentrionais dos Cerrados especialmente na produção de grãos, em áreas da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Esta porção do território nacional foi denominada num primeiro momento, e com fins acadêmicos, como BAMAPITO, por Bernardes (2009) ou ainda como Cerrados do Centro Norte, por Alves (2015). A partir de 2015 o Estado brasileiro denomina a referida região como MATOPIBA, com a finalidade de torná-la um recorte regional estratégico voltado ao planejamento institucional da atividade agropecuária, com caráter típico daquilo que Elias (2013) reconhece como “agronegócio globalizado”.

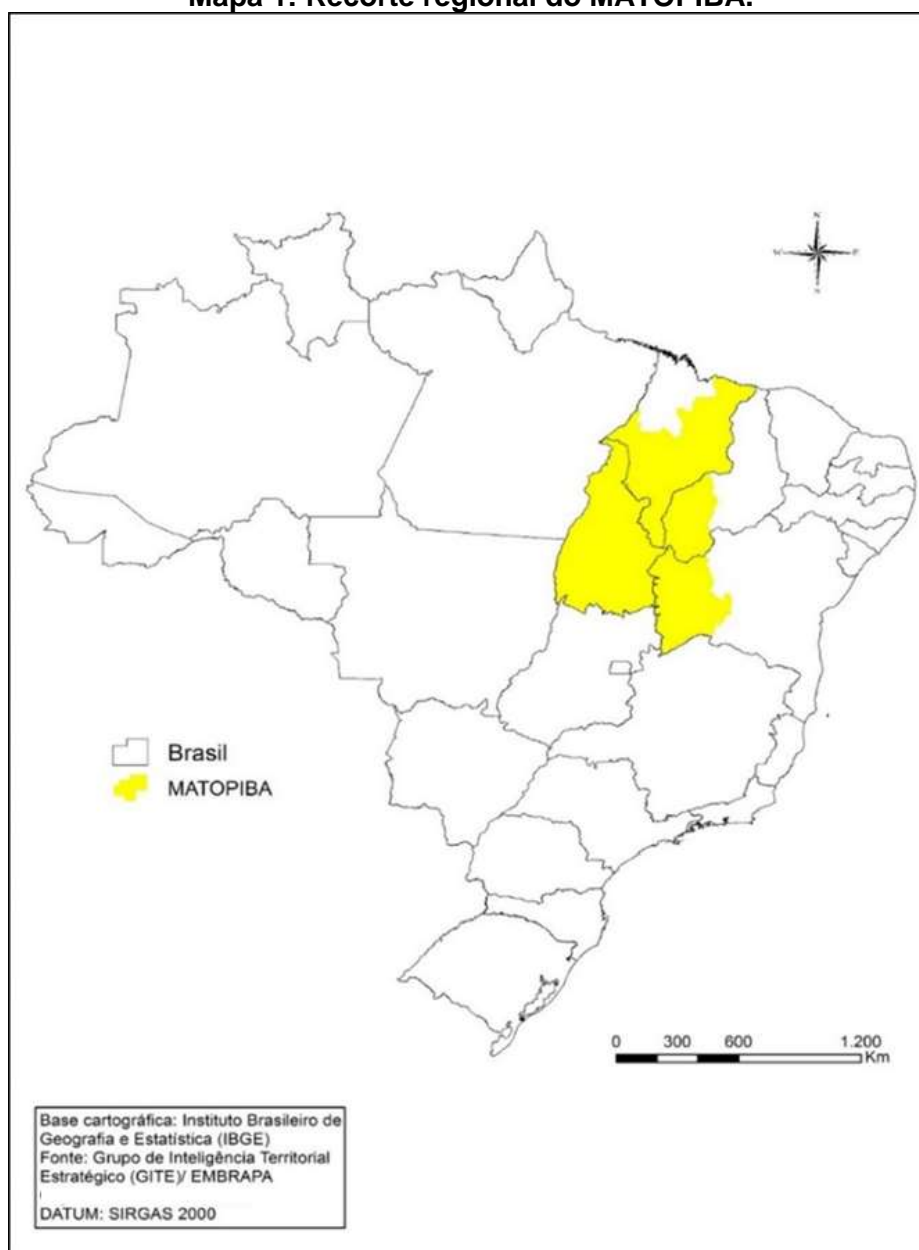
Dentre as articulações mais recentes provindas do esforço Estatal para o fortalecimento do agronegócio, destaca-se a criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) vinculado a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. O GITE realiza uma série de estudos baseados no entendimento de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), podendo ser compreendido como uma ferramenta indispensável para o monitoramento e caracterização territorial, tendo como intuito subsidiar a criação de planejamentos voltados ao fortalecimento do agronegócio. O referido grupo foi responsável por delimitar o recorte regional do MATOPIBA (Mapa 1), cujos critérios foram estabelecidos a partir do levantamento e cruzamento de informações sobre o quadro natural, agrário, agrícola, socioeconômico e de infraestrutura da região, com objetivo de caracterizar e diagnosticar as variáveis que são importantes para sustentar a elaboração de planejamentos e políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio na região.

Os estudos do GITE sobre o MATOPIBA foram fundamentais para a criação do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) do MATOPIBA. Conforme Bernardes e Maldonado (2017, p. 76) o PDA do MATOPIBA “[...] constitui uma ação, tanto reveladora das formas como avança o agronegócio nessa região, como impulsionadora desse agronegócio”, nos demonstrando também como esta região torna-se um espaço importante para o Estado. O PDA do MATOPIBA configura-se como instrumento que estimula a difusão e consolidação do agronegócio no MATOPIBA, pois as diretrizes que dão sustentação ao plano são voltadas ao fortalecimento de setores indispensáveis a esta atividade, tais como a melhoria das condições de logística para a circulação de grãos, o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos destinados ao campo moderno e ainda a busca de um fortalecimento da chamada “classe média” rural (BRASIL, 2015).

Neste sentido a Embrapa, através do GITE, “inventa” e institucionaliza uma região com o propósito de intervenção em setores indispensáveis para atribuir maior competitividade ao agronegócio no MATOPIBA, conferindo-lhe um caráter de “região como ferramenta” (RIBEIRO, 2004). Segundo Ribeiro (2004), tal tipo de compartimentação do território visa a

produção de um recorte de intervenção/planejamento para atender os interesses dos atores hegemônicos, conduzido por um agir instrumentalizado e carregado de ideologias dominantes, conforma-se como uma ferramenta estratégia para o uso corporativo do território às grandes empresas. Além da institucionalização de uma região como ferramenta para o agronegócio, a partir do PDA do MATOPIBA, observamos a criação de uma viabilidade do território (SILVEIRA, 2003) para o setor, pois essa ação legitima a “invenção” de uma região que visa a instrumentalização do espaço aos interesses dos agentes promotores do agronegócio.

Mapa 1: Recorte regional do MATOPIBA.



Org.: SOUZA, G.V.A.

Portanto, nosso objetivo neste trabalho é analisar como a Embrapa, através do GITE e a partir da ideia de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), cria uma ferramenta informacional indispensável para a delimitação de uma “região para o agronegócio”, e como este grupo foi importante para subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. Também analisamos o PDA do MATOPIBA e seu desdobramento, buscando demonstrar como a institucionalização desta região, como área de planejamento, é uma das formas de viabilização do território aos imperativos do mercado globalizado.

A informação como ferramenta para a definição de uma região do agronegócio: O emprego da Inteligência Territorial Estratégica (ITE)

Nas últimas três décadas observamos a constituição de uma nova fronteira agrícola nos cerrados localizados no Norte e Nordeste do país, região esta que se afirma como um espaço estratégico para o agronegócio, a partir da expansão de forma seletiva do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 2002). A partir da década 1990 a disseminação e utilização de objetos carregados de conteúdos técnicos, científicos e informacionais (como os maquinários agrícolas modernos, as sementes melhoradas, uso de fertilizantes, entre outros), juntamente com um conjunto de ações orquestradas pelo Estado e agentes privados, possibilitou a afirmação de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001) na região, fundamentalmente voltada para a produção de *commodities* mais valorizadas no mercado externo, como é o caso da soja, do milho e do algodão. É sobretudo durante os anos 2000 que verificamos a expansão de forma mais intensa desta fronteira agrícola. Para se ter noção da amplitude do processo, a área produzida com soja (principal *commodity* na região) aumentou cerca de 310% entre os anos de 2000 (905 mil hectares) e 2015 (3,6 milhões de hectares), enquanto o crescimento entre as décadas de 1990 (407 mil hectares) e 2000 foi de 122%; a quantidade produzida saltou de 2,2 milhões de ton. para 10,7 milhões de ton., entre 2000 e 2015 (em 1990 o volume produzido era de apenas 260 mil ton.) (IBGE/PAM, 2017).

Indubitavelmente as inovações científicas e tecnológicas constituem elemento central ao processo de produção voltado para a acumulação de grandes agentes, colaborando assim para o aprofundamento da modernização e incorporação de novos espaços agrícolas à região. Contudo as condições políticas são de grande relevância para a dinâmica agrícola, e neste início de século, as relações políticas e econômicas estão sendo marcadas por um novo pacto do agronegócio, em que há a rearticulação entre os principais agentes da agricultura moderna do país (agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito e o

mercado de terras) na busca de estratégias de capital financeiro (DELGADO, 2012). Conforme aponta Guilherme Delgado,

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p. 94).

A nova configuração da atividade agrícola, a partir de 2000, colaborou decisivamente para a verticalização da atuação de grandes corporações atraídas pelo crescimento da produção regional, pela menor concorrência (quando comparado com as tradicionais áreas de produção agrícola do país), bem como pela grande demanda por grãos no mercado internacional, conferindo possibilidades de novos processos de valorização fundiária. Em 2017, apenas quatro empresas controlam cinco unidades de processamento de soja na região - a Bunge, em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Uruçuí (PI), a Cargill em Barreiras (BA), o grupo Algar, presente no município maranhense de Porto Franco e a Granol, com uma unidade em Porto Nacional (TO). Além destas corporações, um conjunto de *tradings* nacionais e internacionais estendem seus nexos produtivos a diferentes pontos da região a partir de escritórios de exportação, tais como a Glencore, CHS, CGG, Multigrain, ADM, Amaggi & LDC, Agrex do Brasil, entre outras.

Estas corporações são responsáveis pela dinamização do circuito espacial produtivo (SANTOS; SILVEIRA, 2010) das principais *commodities* produzidas na região, já que são responsáveis pela comercialização, processamento, circulação e distribuição destes produtos. Estes agentes estabelecem uma relação com o território de forma pontual e seletiva, com intuito de eleger as áreas que permitam maior ampliação do seu capital, criando redes agroindustriais (ELIAS, 2006) para o processamento e circulação de grãos.

Além das *tradings* agrícolas, visualizamos também outros agentes do agronegócio que estendem suas atividades ao MATOPIBA. Nos anos 2000, observamos a atuação de forma intensa de empresas que agem no mercado de terras, muito responsáveis pela valorização de imóveis e por um claro processo de especulação fundiária, implicando fragmentação do território. Tal situação é fomentada por empresas que não possuíam tradição em investir na atividade agrícola, tais como empresas de *private equity*, fundos de pensões, fundos *hedge* e fundos soberanos, especializadas na obtenção de ganhos a partir da especulação financeira (FREDERICO; GRAS, 2017). Esta configuração é um dos reflexos da financeirização da economia, em que cada vez mais o capital financeiro cria novas formas para se retroalimentar, e nesse sentido um conjunto de autores (BERNARDES et al, 2017) reconhecem o surgimento de uma nova “safra” de capitalistas na agricultura, cuja principal

marca é a presença de agentes do capital financeiro em atividades consideradas como “alternativas”, sendo o mercado fundiário e a especulação de terras um exemplo.

Este conjunto imbricado de agentes estabelece verdadeiros círculos de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2011) com empresas que já atuam no ramo agrícola, criando novas corporações (através de *joint ventures*) que buscam estratégias do capital financeiro para a obtenção de rendimento a partir da compra, especulação e venda de terras agrícolas. O MATOPIBA configura-se como um espaço de grandes expectativas para ganhos com valorização fundiária, onde as corporações podem adquirir as propriedades a baixo custo e rapidamente criar mecanismo de valorização das terras, através de uma produção agrícola altamente tecnificada e capitalizada, visto que os preços das terras no MATOPIBA são em geral ainda mais baixos que os praticados nas regiões agrícolas consolidadas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Entre as empresas que atuam na exploração do mercado de terras no MATOPIBA destacamos a Brasil Agro, SLC Agrícola, Radar S/A, Adecoagro, Sollus Capital, entre outras.

Segundo informações obtidas, no ano de 2017, nos *sites* das empresas BrasilAgro, SLC Agrícola, Adecoagro e Sollus Capital, as mesmas possuem conjuntamente mais de 215 mil hectares de terras em diferentes porções do MATOPIBA (BRASILAGRO, 2017; SLC AGRÍCOLA, 2017; ADECOAGRO, 2017; SOLLUS CAPITAL, 2017), sobretudo nas porções mais preparadas às atividades do agronegócio, como o Oeste Baiano, o Sudoeste do Piauí e o Sul do Maranhão (SOUZA, 2017). Este dado nos sinaliza que cada vez mais há concentração fundiária sob controle de empresas que fundamentam seus lucros na especulação fundiária, promovendo uma situação de “modernização territorial” pautada em estratégias financeiras nesta porção do país.

Diante desta condição de crescimento do agronegócio no MATOPIBA, o Estado brasileiro articula estratégias específicas para esta região, com propósito de tornar essa porção do território nacional ainda mais racionalizada à atividade hegemônica. Desde a década de 1980 a Embrapa Semiárido realiza diagnósticos de áreas dos Cerrados Norte e Nordeste favoráveis à produção em grande escala e voltada para o mercado externo. Antigo membro da Embrapa Semiárido, o agrônomo Evaristo Miranda, atual coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), relata que “Na época (1980), estávamos em busca de áreas com potencial para a produção de alimentos [...] Foi daí que surgiu o zoneamento agrícola para a soja, no Nordeste, quando poucos acreditavam nela como uma cultura de peso para a região” (ONDEI, 2015).

No âmbito propriamente político, observamos uma primeira organização nos anos 2012, quando o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou uma portaria com o objetivo de criar um grupo de trabalho para desenvolver estudos sobre o MATOPIBA (Portaria nº 269, de 3 de abril de 2012). Este grupo foi composto por

representantes do poder executivo a partir de secretárias do MAPA, instituições como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Embrapa. Assim, percebemos que um conjunto de especulações e interesses sobre esta região dos Cerrados estavam sendo orquestrados desde a década de 1980, com apoio dos estudos técnicos realizados pela Embrapa.

Dentre as articulações mais recentes, provindas do esforço estatal, destacamos a criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), vinculado a Embrapa, responsável pela delimitação geográfica do MATOPIBA. O GITE foi criado em 2013 com a finalidade de ser um grupo de pesquisa “voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura” (GITE, 2016). Poucos anos depois de criado, este grupo possui um banco de dados cartográfico e icnográfico (imagens de satélites, fotos aéreas, entre outros) de todo o território brasileiro, contendo informações necessárias para realizar diagnósticos sobre o quadro natural, condições de infraestrutura, situação agrícola, do quadro agrário e socioeconômico. Os diagnósticos são, em alguns casos, bases para nortear ações governamentais, assim como para o planejamento de políticas formuladas por órgãos públicos (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento) e setor privado.

Entre os trabalhos recentes desenvolvidos por este grupo de pesquisa, podemos destacar o acompanhamento das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo no que diz respeito às obras de eletrificação rural, de construção de estradas, portos e hidrovias que garantem o escoamento das safras; estudos sobre o impacto da colheita mecanizada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (pesquisa esta solicitada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- Fiesp); bem como o projeto para o MATOPIBA.

Para o desenvolvimento de suas pesquisas, o GITE respalda-se no entendimento de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), visto como uma ferramenta importante para o planejamento e inovação de pesquisas vinculadas com a atividade agropecuária. Em entrevista à revista da Embrapa, Evaristo Miranda expõe que os estudos de ITE consideram um conjunto de fatores para o desenvolvimento da agricultura, buscando “[...] os melhores caminhos para que ela (agricultura) possa progredir e para que os produtores rurais tenham o melhor retorno do seu trabalho [...], a inteligência e a gestão territorial focam não só o presente, mas também perspectivas de futuro, desenham cenários evolutivos possíveis” (MIURA, 2016, p. 1), com interesse de apresentar o “retrato territorial da agricultura em muitas dimensões temáticas (solo, água, vegetação, cultivos), bem como em termos temporais (evolução) e ainda em muitas escalas espaciais (detalhe de uma fazenda, de um vale ou de uma região geoeconômica)” (MIURA, 2016, p. 1). Portanto,

A ITE pode ser entendida como um conjunto de ferramentas e métodos aplicados para a compreensão de um território em sua dimensão agrícola, agrária, natural, socioeconômica e infraestrutura, através da integração de informações provenientes de diferentes bancos de dados. Essas informações integradas servirão para apoiar a tomada de decisão para o desenvolvimento territorial. (EMBRAPA, 2016).

Neste sentido a ITE é um recurso utilizado em estudos de caracterização territorial de uma região, que se dá a partir de uma abordagem multifatorial, agregando as condições agrícolas, agrárias, de infraestruturas, socioeconômica e natural da área avaliada. Para o GITE o objetivo desta noção de ITE é ir além da mensuração e descrição das condições territoriais, a que a contribuição de tal procedimento reside especialmente na proposição de cenários futuros sobre as condições da atividade agropecuária. Dessa forma, cria-se uma possibilidade de antever situações consideradas de riscos para a agricultura e assim corrigi-las, bem como fortalecer setores avaliados como favoráveis ao crescimento econômico do agronegócio. Esta proposição configura-se como um instrumento técnico-científico para a ação de um planejamento tanto do Estado quanto do setor privado que, em última instância, permite traçar “caminhos” para o aprofundamento do capitalismo no campo (como é o caso, por exemplo, das estratégias de incorporação de novas terras e de sua valorização).

Mesmo demonstrando certo interesse na dinâmica territorial da atividade agrícola, os estudos baseados na noção de Inteligência Territorial Estratégica têm como essência o propósito de gerar diagnósticos através de levantamentos, enumeração e mapeamento das condições agrícolas da região. Neste sentido é um estudo que visa mostrar a configuração territorial do MATOPIBA, noção esta que pode ser compreendida pelo conhecimento aprofundado do

[...] conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 2002, p. 62).

Deste modo os diagnósticos feitos pelo GITE deixam de lado as relações sociais que dinamizam e atribuem funcionamento à configuração territorial a partir do uso do território, ou seja, não considera o território usado (o espaço como um todo; o espaço banal) (SANTOS, 2005) ou as dinâmicas territoriais como um fato político. Assim, o estudo de ITE figura como um instrumento facilitador para a ampliação do capital dos agentes hegemônicos, visto que responde a várias “perguntas”:

É como se o interessado tivesse um técnico à sua disposição para dizer qual é o melhor lugar para plantar determinada espécie; onde existem problemas

de erosão; quais são as melhores localidades para implantar uma rede de fomento agrícola ou para investir em irrigação, armazenagem e logística. (MIURA, 2016, p. 1).

Um recurso criado pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE), a partir dos estudos de ITE para a produção de um banco de dados integrado, foi o Sistema de Inteligência Territorial Estratégica (SITE). Para os membros do GITE o planejamento territorial necessita de um SITE “[...] capaz de apoiar diversos zoneamentos, diagnósticos e aplicações, bem como a geração e a simulação de cenários em função dos interesses e necessidades das instituições públicas e privadas que atuam na região” (GITE, 2014, p. 3). Percebemos que a grande preocupação do GITE é de fato elaborar trabalhos que subsidiem a produção de planos para o desenvolvimento do agronegócio, por isso a necessidade de elaborar um conjunto de ferramentas metodológicas para operacionalizar as pesquisas e cumprir tais metas. O SITE figura assim como um importante recurso de investigação dentro da ITE, pois a partir deste sistema pode criar “[...] cenários futuros e definir situações territoriais razoavelmente parecidas ou equiprobabilísticas, como também equipotenciais em termos de desenvolvimento agropecuário, a partir desta análise multitemática” (EMBRAPA, 2016).

Por ser fruto de estudos da ITE, o SITE segue os seus mesmos eixos estruturantes (Figura 1); agrega imagens de satélite com as geotecnologias – que são programas e *softwares* que trabalham com essas imagens e com a produção de mapas. Para isto o SITE utiliza de dados governamentais de vários institutos, e têm como base para elaboração cartográfica as normas do IBGE e da INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Para a equipe técnica do GITE, o grande diferencial deste sistema de informação (SITE) é a possibilidade de integrar as inúmeras informações inseridas nesse banco de dados, indo além da sobreposição e armazenamento. Somando a isto, o SITE tem a capacidade de inserção contínua de novos dados, o que torna esse sistema uma “[...] ferramenta eficiente e essencial para ações de planejamento e gestão territorial” (GITE, 2014, p. 5).

Em 2014 o GITE, juntamente com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (até então vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), estabeleceram uma cooperação técnica para o levantamento e sistematização de uma base de dados territoriais sobre o MATOPIBA. A partir da ideia de ITE e da criação do SITE específico para o MATOPIBA, foram elaborados diagnósticos e notas técnicas com informações sobre as características físico-naturais, a quantidade de comunidades quilombolas, aldeias indígenas, áreas de proteção ambiental e assentamentos de reforma agrária, entre outras informações. Ou seja, foram mapeados os lugares e as condições que favorecem a expansão da fronteira agrícola na região, bem como reconhecidos os possíveis limites para a expansão do agronegócio no MATOPIBA.

Figura 1: Organização do Sistema de Inteligência Territorial do MATOPIBA.



Fonte: GITE/EMBRAPA (2014)

Deste modo, foram mobilizadas para a delimitação territorial do MATOPIBA “[...] bases multifatoriais, contemplando as dimensões agroecológicas e socioeconômicas [...] a partir de dinâmicas do tempo passado e do presente” (GITE, 2015a), criando uma regionalização capaz de definir um recorte que captasse a dinâmica e a expansão da agricultura moderna no MATOPIBA. Os critérios utilizados para a delimitação da região foram: a configuração do quadro natural (biomas, cobertura vegetal, clima, geologia, relevo, pedologia, hidrografia, recursos minerais e energéticos), quadro agrário (unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos agrários), quadro socioeconômico (estabelecimentos agropecuários – área e renda, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, população total, rural e urbana, Produto Interno Bruto – PIB), e infraestrutura (energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias e porto) (GITE, 2015a).

O cruzamento destas informações, via procedimentos computadorizados, produziu um recorte espacial que engloba 337 municípios dos estados do Maranhão (135), Tocantins (139), Piauí (33) e Bahia (30), correspondendo a aproximadamente 9% do território brasileiro. O recorte territorial proposto pela Embrapa para o MATOPIBA inclui todo o estado do Tocantins (38% da região ou 27.772.052 hectares), porções Sul e Leste do Maranhão (cerca de 33% do MATOPIBA ou 24 milhões de hectares), o Oeste baiano (com mais de 13 milhões de hectares – representando cerca de 11% da região) e a porção Sudoeste do Piauí (11%, com pouco mais de 8 milhões de hectares). O principal critério para a delimitação desta região foi a ocorrência de áreas de Cerrados, bioma esse que representa cerca de 91% da área do MATOPIBA, seguido pelo bioma Amazônia (7,3%) e com mínima área de Caatinga (1,7%)

(GITE, 2015a); sendo a atividade agrícola o segundo grande critério para a definição da região, atividade esta que é principal responsável pelo dinamismo econômico desta porção do território nacional.

Um dos resultados deste estudo técnico (ITE) foi a elaboração do MATOPIBA GeoWeb (lançado em dezembro de 2015), que parece exemplificar de modo mais direto a efetivação do SITE, onde são armazenados e integrados os dados e toda a sistematização de informação sobre a região feito pelo GITE. Na visão de Evaristo Miranda, o MATOPIBA GeoWeb.

[...] auxiliará a tomada de decisão de governantes e subsidiará estudos e projetos de **empresas e investidores privados** e de instituições de ensino superior, sendo, portanto, uma **ferramenta estratégica** que pode ser usada nos programas do Ministério da Agricultura para o desenvolvimento agropecuário da região (EMBRAPA, 2015, grifo nosso).

Isto demonstra que a ITE se trata de um estudo voltado para atender interesses específicos para o “desenvolvimento” agrícola regional do MATOPIBA, sobretudo os interesses do setor privado. Este sistema *online* de informação geográfica (MATOPIBA GeoWeb) contém mais de 200 bases de dados, agregando informações como a quantidade de pivôs centrais, disponibilidade de armazenamento, condição logística (rodovias e ferrovias), distribuição populacional, produto interno bruto dos municípios, entre outros; em síntese contém dados sobre os cinco grandes eixos que caracterizam o estudo de Inteligência Territorial Estratégica – quadro natural, agrícola, agrário, infraestrutura e socioeconômico (MATOPIBA GEOWEB, 2016).

A partir desta exposição, percebemos o quanto há uma construção técnico-científica para promoção e a instrumentalização do território através de uma ação informatizada, alcançada através do trabalho fomentado por um órgão de pesquisa de destaque no país, que é a Embrapa. Estes estudos apontam lugares/regiões viáveis para a produção agrícola moderna, permitindo identificar “os polos de desenvolvimento existentes e potenciais; e delinear o cenário geral, identificando oportunidades, necessidades de avanço de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico” (MATOPIBA GEOWEB, 2016).

Cria-se deste modo uma densidade informacional sobre o MATOPIBA, sinalizando as potencialidades para a expansão do agronegócio nesta região, ou seja, são identificados os espaços estratégicos para o aumento da riqueza do setor agroindustrial, da atividade agrícola propriamente dita, bem como da especulação/valorização fundiária. Partindo desta perspectiva, apreende-se que o adensamento de informações sobre o MATOPIBA é um instrumento que permite tornar essa porção do território brasileiro integrada aos interesses globais, permitindo a atuação mais aprofundada dos agentes hegemônicos que, em parte, são responsáveis pela implantação de novas cargas de racionalidade ao lugar.

Podemos considerar que o GITE, a partir de seus diagnósticos, torna-se uma agência cuja finalidade é a formulação de informações especializadas para atender interesses precisos, que são voltados para o adensamento técnico (tecnosfera) bem como na formulação de discursos (psicosfera) que legitimem ações territoriais no MATOPIBA, pois “As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas” (SANTOS, 1994, p. 51). Toda esta articulação informacional promovida pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE) foi fundamental para a conformação de uma proposta política criada pelo Estado, com vista de fortalecer e incentivar a expansão do agronegócio nesta região. A proposta em questão é o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, que expõe as intenções e as expectativas à esta porção do território brasileiro.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA: Produção da viabilidade territorial ao agronegócio e a institucionalização de uma região como ferramenta

Em maio de 2015 foi promulgado o decreto nº 8.447, que criou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. O referido Plano foi constituído a partir do conjunto de estudos e diagnósticos elaborado pelo GITE, incluindo o próprio recorte territorial, que diretamente expressa o reconhecimento do Estado sobre a importância desta região para o novo pacto de economia do agronegócio (DELGADO, 2012) desenhado para o país neste início de século, e, dessa forma, revela a necessidade de elaborar ações para tornar as condições materiais e imateriais competitivas ao setor.

O PDA do MATOPIBA foi o mecanismo estatal privilegiado para viabilizar uma região institucionalizada para o agronegócio, sobretudo para atender aos anseios dos agentes hegemônicos, exemplificando aquilo que Ribeiro (2004) denominou de “regionalização como ferramenta”.

Ana Clara Torres Ribeiro (2004) aponta para a necessidade de compreendermos processos distintos de regionalização, que normalmente se processam na tensão entre diferentes projetos, sempre atravessados pelo poder do Estado. Segundo a proposta da autora, podemos reconhecer situações caracterizadas ora por uma “regionalização como fato”, ora por uma “regionalização como ferramenta”. Em linhas gerais, a regionalização como fato deriva da ação social capaz de empreender uma estruturação histórica de regiões, a partir de múltiplos processos que limitam a ação hegemônica (regionalização como resultado da decantação de práticas sociais longamente elaboradas no território). Um processo oposto seria justamente o da regionalização como ferramenta, que resulta de uma conjuntura atual imposta sobre o espaço pretérito, quando recortes espaciais assumem o planejamento conduzido pelo Estado, atendendo a razões hegemônicas (RIBEIRO, 2004, p. 196). “É assim

que os estudos de regionalização como ferramenta podem desvendar a estratégia de agentes para a constituição de espaços regionais que tornem facilitadas as suas pretensões econômicas” (PEREIRA, 2009, p. 16).

Tal conformação espacial é resultado das forças econômicas e políticas que dominam o território, fomentadas principalmente pelo Estado e pelas corporações. No atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), as condições técnicas e políticas são criadas para viabilizar o uso corporativo do território e a invenção de novas regiões de intervenção estatal a partir de instrumentos técnico-científicos configura-se como uma estratégia de afirmação da lógica hegemônica de produção nos lugares. Nesse sentido, as regiões muitas vezes são elaboradas para responder as demandas do capital através de elaborações científicas, e, desse modo, vivemos em um momento histórico em que a razão esclarecedora cede lugar para a razão instrumental (KAHIL, 2010). É assim que ocorre a

[...] transformação da eficácia em meta política; pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, (e assim) a regionalização como ferramenta adquire extraordinário destaque, o que explica a sua utilização pelos agentes hegemônicos, desestabilizando a estrutura espacial do país (RIBEIRO, 2004, p. 197).

A regionalização como ferramenta traduz-se na elaboração de práticas políticas do presente, construídas por e para atores hegemônicos da política e da economia (RIBEIRO, 2004), ou seja, para aqueles que possuem acesso e controle privilegiado da informação, da técnica e da ciência. A regionalização e a proposição de regiões como “ferramenta” se expressam quando assumem a forma-conteúdo regida pelo planejamento de Estado, e podem ser caracterizadas pela imposição de um acontecer hierárquico (SANTOS, 2001, 2002) muitas vezes estranho às práticas pretéritas estabelecidas no lugar, pois obediente a lógicas exógenas que implicam em vulnerabilidade territorial, já que “a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local” (SANTOS, 2002, p. 285). Portanto a regionalização como ferramenta configura-se geralmente como um instrumento de planejamento Estatal para intervenção e estruturação (política e técnica) do espaço para o uso corporativo do território.

A região delimitada pelo GITE torna-se uma “ferramenta”, uma “peça fundamental” à operacionalização do modelo de acumulação pautado na exportação de *commodities*, bem como pelos agentes de especulação fundiária, pois ela será suporte para o desenvolvimento de ações e para a emergência de narrativas de fortalecimento dos interesses do mercado globalizado. Por consequência, o PDA do MATOPIBA carrega consigo toda esta carga de intencionalidade que está presente na proposta de delimitação geográfica do MATOPIBA, ainda que oficialmente o PDA possua o objetivo de criar e desenvolver políticas públicas

voltadas para agropecuária na região, com fins de promover o “desenvolvimento econômico sustentável do setor” (BRASIL, 2015).

Este plano visa dotar o MATOPIBA de maiores condições técnicas e normativas para atribuir à região maior competitividade, visto que as três diretrizes basilares estão voltadas para o fortalecimento de setores estratégicos para o agronegócio da região como: a) melhorar a eficácia da infraestrutura de logística referente à circulação de mercadorias agropecuárias; b) promover e incentivar o desenvolvimento de tecnologias inerentes ao agronegócio; c) estimular o fortalecimento da classe média rural através de ações para mobilidade social, buscando o crescimento da renda, do emprego e da qualificação técnica dos produtores rurais (BRASIL, 2015).

Diante destas diretrizes entendemos que, para além de uma região como ferramenta, as intencionalidades e expectativas em torno do PDA do MATOPIBA nos permitem entender este plano como uma flexibilidade organizacional, que possibilita “inventar” a viabilidade territorial (SILVEIRA, 2003) para o agronegócio. Segundo Silveira (2003), a flexibilidade organizacional pode ser compreendida pela criação, via Estado, de uma série de normas que abrandam (tornam facilitadas) as condições jurídicas-políticas para que as grandes corporações possam desempenhar suas atividades de forma mais eficaz. Portanto, trata-se de uma flexibilidade organizacional que privilegia sobretudo os atores hegemônicos da economia, tratando-se de uma flexibilidade setorial (SILVEIRA, 2003).

Para o caso em análise, a flexibilidade organizacional se expressa pela criação do PDA, cujo objetivo é o fortalecimento do agronegócio nesta região, a partir do aumento dos investimentos nos sistemas de engenharia – ferrovias, hidrovias, rodovias e armazéns – e no desenvolvimento tecnológico para a agricultura científica globalizada. A própria institucionalização de uma “região para o agronegócio”, também, evidência uma ação que busca viabilizar o território para o uso corporativo, pois as estratégias de “compartimentação do território são formas de valorização feitas, crescentemente pelas firmas, mas com a ajuda de um poder público devotado a ‘inventar’ a viabilidade do território para as empresas” (SILVEIRA, 2003, p. 414).

Além da questão normativa para a viabilização do território para melhor atuação das empresas, o Estado é fundamental para a constituição da base técnica que permite maior circulação de mercadorias, capital, ordens e informações das corporações. A fluidez torna-se um elemento essencial no atual período de globalização, visto que a produção, distribuição e consumo tornam-se cada vez mais dispersos e acelerados. Em áreas de novos *fronts* agrícolas, caso do MATOPIBA, a atuação do Estado para constituição de sistemas de engenharia possui peso ainda maior. Estas áreas possuem densidades técnicas baixas (se comparadas aos *belts* consolidados), o que constitui um problema para a fluidez corporativa.

Posto isto, observamos que a infraestrutura que permite maior fluidez territorial no MATOPIBA é uma das diretrizes bases do PDA, cujo interesse é justamente melhorar a logística para exportação das *commodities* produzidas nessa região. Tal diretriz atesta a assertiva de Castillo (2008, 2011) que considera a logística (sinônimo de circulação corporativa) elemento indispensável para atribuir à região maior grau de competitividade. Segundo o autor, a circulação corporativa se estrutura a partir de redes técnicas (rodovias, ferrovias, hidrovias, entre outros), do acesso privilegiado a informação e pela regulamentação normativa, tríade esta que permite ser suporte para a competitividade. Portanto as densidades técnicas, informacionais e normativas são indispensáveis para a invenção da viabilidade territorial à atividade agropecuária moderna no MATOPIBA, sendo o Estado o principal agente estruturador dessa situação.

Além de proporcionar maior fluidez produtiva para as grandes *tradings* agrícolas, responsáveis pela circulação dos grãos produzidos na região, a construção de novos fixos como ferrovias e rodovias, bem como a própria melhoria desses, atua como elemento de valorização das terras na região, permitindo práticas de especulação.

Como debatem Lima e Nóbrega (2015) as terras que mais se valorizaram entre 2000 a 2014 no Tocantins foram as que estão localizadas na microrregião de Gurupi, em especial as que são próximas a BR-153 (Belém-Brasília), uma das principais rodovias que conecta o Tocantins no sentido norte/sul e importante via para escoar a soja (permitindo o acesso a Ferrovia Norte/Sul em diferentes pontos do estado). As autoras ainda exemplificam o quanto o distanciamento de importantes redes técnicas para a circulação de grãos é um dos elementos que influencia diretamente no preço das terras na região do Jalapão. O preço das terras de Cerrado nessa região girava em torno de R\$ 440,00/hectare em 2013, no mesmo ano as terras de Cerrado próximas a BR 153 (na margem leste da rodovia) alcançavam R\$ 1.140,00/hectare (FNP, 2015).

Spadotto (2017) nos traz outro exemplo que retrata a situação de valorização das terras próximas as vias de circulação. Conforme o autor, a Radar S/A (uma das maiores corporações voltadas para a especulação fundiária no MATOPIBA) adquiriu propriedades agrícolas nos municípios de Balsas (MA) e Santa Filomena (PI), próximas a uma rodovia com expectativa de expansão, e tal antecipação de investimentos realizada por essa empresa garantirá a valorização de suas propriedades ao longo do tempo, demonstrando que a compra de fazendas em áreas próximas a futuras rodovias é uma das estratégias de acumulação de tais agentes.

Percebe-se “[...] que a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão” (SANTOS, 2002, p. 265), sinalizando que o acesso a informação antecipada é uma das formas de atuação do mercado para a obtenção de maiores lucros. Logo, as rodovias e ferrovias

configuram-se como redes sociotécnicas (SANTOS, 2002), por serem objetos geográficos que possibilitam a conexão de diferentes porções do território, e sobretudo por serem fixos que expressam relações de poder, pois colaboram para a estruturação e no próprio ordenamento do território. Portanto, não é por acaso que a logística se apresenta como um dos elementos centrais no PDA do MATOPIBA, estratégia que o próprio Estado cria para a viabilização do território para o mercado, especialmente para a atuação de grandes corporações, representadas tanto pelas que dinamizam a circulação da produção ou por aquelas que estão desenvolvendo estratégias de ganho a partir da indução de um lucrativo mercado de terras na região.

Tal como a necessidade de novas infraestruturas técnicas, outro ponto estratégico do PDA do MATOPIBA é o desenvolvimento de novas tecnologias para o campo, o que é importante para os grandes produtores agrícolas, assim como para a *tradings* e para as corporações que controlam as terras, pois o aumento da produtividade agrícola implica diretamente em maior obtenção de lucros, seja a partir da oportunidade de exportar maior volume de *commodities* ou mesmo pela elevação do preço das terras, já que a viabilidade da produção engendra o processo de valorização fundiária. Nesse sentido, desde de 2015 diferentes unidades da Embrapa (27 no total), estão desenvolvendo cerca de 80 projetos agrícolas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados especificamente para a região do MATOPIBA (GITE, 2015a). Ainda segundo o GITE (2015a), todos os projetos têm previsão de serem finalizados até 2019, apontando a urgência de criação de produtos carregados de conhecimento científico para o campo moderno na região.

Conforme dados do GITE (2015a), o orçamento para o custeio e o investimento destes projetos alcança R\$ 124 milhões, divididos nos seguintes temas de pesquisa: a) melhoramento genético; b) sistema de produção; c) defesa sanitária; d) temas transversais; e) transferência de tecnologia. Mais da metade deste valor (aproximadamente R\$ 70 milhões) é destinado para o tema “melhoramento genético”, sendo que quase R\$ 27 milhões do orçamento (GITE, 2015a), é voltado para a pesquisa e inovação do cultivo de soja, *commodity* de maior interesse aos grandes produtores e corporações.

Ainda sobre o PDA do MATOPIBA, há uma nítida escolha dos agentes que serão beneficiados neste processo - são os chamados produtores de “classe média”, demonstrando o caráter seletivo que privilegia a “ampliação e fortalecimento da classe média rural” (BRASIL, 2015). Tomando como base informações do censo agropecuário de 2006, bem como o valor do salário mínimo da época (R\$ 300,00), o GITE estabeleceu quatro classes de renda bruta (que é a produção de 2006 vendida, autoconsumo e indústria caseira) para o MATOPIBA (GITE, 2015b).

A primeira classe, denominada muito pobre, compreende renda bruta mensal, entre zero, não incluído, e dois salários mínimos, dois incluído. Em símbolos, (0, 2]. A segunda classe é denominada pobre, (2, 10]. **A terceira classe, denominada de média, (10, 200]**. E, finalmente, a última classe, denominada rica, tem renda bruta mensal maior que duzentos salários mínimos. (GITE, 2015b, p. 7, grifo nosso).

Frente a tal classificação, em que a suposta classe média recebe entre 10 e 200 salários mínimos, percebemos que este plano não se dirige aos quem mais necessitam do apoio estatal para alcançar melhores condições materiais de vida, aqui classificados como pobres e muito pobres. Logo, o recorte regional do MATOPIBA, imbuído de um conteúdo carregado de intencionalidades bem declaradas, é resultado de articulações políticas do Estado e de demandas próprias dos agentes hegemônicos (como associações, sindicatos patronais, *tradings*, etc), e neste sentido, apreendemos que a compartimentação do território é fruto da construção social que atende a interesses políticos bem definidos e que envolve relações de poder, seja “[...] o poder de criar e estabelecer formas espaciais. E, em segundo lugar, o poder de institucionalizar (e garantir permanência) esta forma” (RIBEIRO, 2004, p. 200).

Outro desdobramento decorrente do estudo de Inteligência Territorial Estratégica desenvolvido pelo GITE, foi a criação de uma agência regional de desenvolvimento, resultado também do PDA do MATOPIBA. A “Agência de Desenvolvimento do Matopiba” estava prevista no PDA do MATOPIBA, com propósito de fomentar discussões e elaborar planos/projetos para o estímulo do setor agrícola desta região. Esta agência de desenvolvimento surgiu com o Projeto de lei complementar nº 279 de 2016, com o intuito de desenvolver e executar as diretrizes presentes no PDA do MATOPIBA, sendo delegada à agência a função de operacionalizar e colocar em prática as expectativas e intencionalidades contidas no projeto de lei que oficializa o MATOPIBA como área de interesse estatal. Conforme o artigo II do Projeto de lei complementar nº 279, de 2016, a Agência MATOPIBA deverá:

- I – articular, apoiar e acompanhar a execução de projetos de infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;
- II – promover, coordenar, apoiar e elaborar estudos, levantamentos, pesquisas e projetos de desenvolvimento do Matopiba;
- III – articular e elaborar projetos e atividades, nos âmbitos público e privado, de assistência técnica, extensão rural e formação profissional aos pequenos e médios produtores rurais do Matopiba;
- IV – promover a capacitação de agentes públicos e privados da região do Matopiba com vistas à organização da base produtiva e à incorporação de novas tecnologias agrícolas, pecuárias e gerenciais;
- V – gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- e VI – cooperar com o Poder Público na implementação da política de defesa agropecuária. (BRASIL, 2016).

Compreendemos que as propostas para esta agência reforçam de forma detalhada as diretrizes do PDA do MATOPIBA, sobretudo no que diz respeito a organização de uma logística eficiente, na ampliação do uso de tecnologias agrícolas no campo e no fomento da capacitação técnica dos produtores rurais. Além disso, a agência MATOPIBA replica os mesmos erros do PDA do MATOPIBA, visto que esta instituição não inclui instituições que representam os interesses de comunidades “tradicionais” que vivem na região. A ausência de representantes dos quilombolas, das tribos indígenas e de líderes de movimentos sociais ligados a luta pela terra, parece ser uma estratégia de exclusão dos atores sociais compreendidos como potenciais “entraves” para a produção de *commodities* agrícolas, visto que há conflito de interesses sobre um dos principais elementos do agronegócio, a propriedade privada da terra. Além disso, é explícita a ausência de órgãos do próprio poder executivo como Ministério do Meio Ambiente e instituições relacionados com a questão ambiental (Instituto Chico Mendes – ICMBIO) no comitê gestor desta agência (bem como no próprio PDA do MATOPIBA), demonstrando descaso com as implicações ambientais.

Tal ausência de representantes das comunidades tradicionais (povos dos Cerrados) e de agências nacionais voltadas ao meio ambiente revela a falta de compromisso do PDA e do órgão gestor deste plano com relação as questões que são de grande relevância para um projeto que em tese visa “o desenvolvimento sustentável e equilibrado” social e ambientalmente, apontando o caráter excludente de tais políticas.

Desta forma podemos inferir que esse conjunto de informações e ações estratégicas criadas pelos os agentes hegemônicos são indícios do alto grau de alienação territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2011) do país e particularmente da região do MATOPIBA, visto que privilegiam estratégias de fortalecimento de normas hierárquicas produzidas em regiões distantes, negligenciando a diversidade e a experiência histórica e social desta região. Trata-se, portanto, de uma clara situação de uma prática invertida, não endereçada às reais necessidades da nação, em que se perde a dimensão do trabalho voltado aos interesses verdadeiramente coletivos e a distinção entre o que é público e privado, impedindo práxis sociais verdadeiramente transformadoras (PEREIRA, 2011, p. 99). Toda a construção realizada pela iniciativa privada e pelo Estado brasileiro através dos estudos realizados a partir da Embrapa/GITE e todos seus desdobramentos, confirmam o caráter extravertido e alienado de todas as expectativas propostas na delimitação geográfica da região do MATOPIBA.

Considerações finais

As relações sociais e políticas recentes no MATOPIBA propiciaram o surgimento de uma região com forte atuação do agronegócio e, diante disso, houve a possibilidade de elaborar, via articulações políticas do Estado, a região como ferramenta com intencionalidade

de dotar o espaço regional das condições materiais (tecnosfera) e imateriais (psicosfera, fluxos, ordens e informação) necessárias para a atração do investimento privado no setor, ou seja, este plano (e o conjunto de informações organizadas pelo GITE) lança as bases para uma nova forma de organização e ordenamento do território a partir da “invenção” regional voltada para o incentivo à produção de *commodities* agrícolas. Assim, o PDA do MATOPIBA pode ser compreendido como uma estratégia que legitimou a “invenção” de uma região como ferramenta para viabilização territorial, em que as grandes corporações do agronegócio serão ainda mais beneficiadas por esse plano.

Sem dúvida, a situação geográfica em tela não seria constituída sem as articulações da Embrapa, instituição de pesquisa que, para além do desenvolvimento de tecnologias para a produção agrícola, está assumindo novas funções dentro do aparelho estatal, capaz agora de influenciar o próprio ordenamento do território a partir da produção de conhecimento para subsidiar políticas públicas endereçadas a agentes privados. A criação do GITE evidencia a busca desta instituição no trabalho direto de planejamento territorial, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Assim, a Embrapa foi e é agente fundamental para a construção de um discurso de caráter técnico e científico, conferindo maior confiabilidade e legitimidade para os investimentos do Estado e do mercado no agronegócio da região.

Além disto, a Embrapa, neste início de século, também é responsável pela elaboração de uma psicosfera modernizadora que busca legitimar ações para a expansão do agronegócio globalizado no território brasileiro. Tal situação é verificada quando pesquisadores criam uma densidade informacional para induzir e justificar os investimentos do Estado e da iniciativa privada, em regiões consideradas estratégicas para o agronegócio. Portanto, essa configuração traduz-se no conhecimento técnico-científico, produzindo estratégias para maior acumulação de capital à seletos agentes do mercado.

Com tais propostas e procedimentos, o GITE possui uma postura conservadora das desigualdades e das injustiças sociais no MATOPIBA, sobretudo no campo, pois as suas ações estão alinhadas com as demandas corporativas, privilegiando setores e agentes envolvidos com o agronegócio. Mesmo sabendo da diversidade de agentes sociais que vivem no campo, esse grupo de pesquisa desconsiderou a necessidade de promover ações voltadas para tais agentes. Há um pensamento que considera o agronegócio como a única e a mais cabível forma de desenvolvimento agropecuário na região, negligenciando as outras formas possíveis de uso do território realizadas por comunidades tradicionais, o que demonstra o caráter seletivo e hierárquico das proposições do GITE.

Reconhecemos que as informações obtidas a partir da ideia de ITE possuem potencialidade para propor outras formas de planejamento estatal, em que possa ser considerada a diversidade existente no meio rural no MATOPIBA. Ao mesmo tempo em que

a ITE tem capacidade de formular uma região para o agronegócio, esse mesmo aparato técnico poderia, em outras condições políticas, servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e endereçadas às necessidades da própria região. Potencialmente, as condições técnico-científicas estão postas, contudo há necessidade de uma mudança de pensamento e um alargamento da política para que haja o reconhecimento da importância de diferentes racionalidades de produção e de outras possibilidades ao futuro do campo e das gentes na região.

Referências

ADECOAGRO. **Informações institucionais**. Disponível em: < <http://www.adecoagro.com>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Prefácio. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BERNARDES, Julia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.

BERNARDES, Júlia Adão; MALDONADO, Gabriela. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, Júlia Adão et al (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.57-80.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de janeiro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e A Criação de Seu Comitê Gestor**. Brasília, 2015.

_____. Projeto de lei complementar nº 279, de 2016. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. Brasília, 2015.

BRASILAGRO. **Informações institucionais**. Disponível em: < <http://www.brasil-agro.com>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CASTILLO, Ricardo. Agricultura globalizada e logística nos Cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). **Circulação, transportes e logística diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras expressões, 2011. p.331-354.

_____. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 4., 2008, Santa Cruz do Sul. **Anais....** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008. p.1-19

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Inteligência Territorial Estratégica é ferramenta para transferência de tecnologia. **Embrapa**. [s.i]. 2016. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias//noticia/13911147/inteligencia-territorial-estrategica-e-ferramenta-para-transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 05 out. 2016.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão et al (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.12-33.

FNP. **Agrianual**: Anuário da agricultura brasileira. FNP: São Paulo, 2015.

FREDERICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In: Congreso iberoamericano estudios territoriales y ambientales, 6., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p. 2134 - 2154. Disponível em: <[http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel Frederico.pdf](http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel%20Frederico.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

GEOWEB MATOPIBA. **Página na internet**. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/matopiba/index.html>>. Acesso em: 03 out. 2016.

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. **Página na internet**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/quem/index.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. **Um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso 19 out. 2015.

_____. **Caracterização Territorial Estratégica do Matopiba**. Campinas: Embrapa, 2015a. *66 slides, color*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2015b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.22, p.475-485, 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332/pdf_12>. Acesso em: 10 out. 2016.

LIMA, Débora Assumpção; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. Análise do preço de terras agrícolas no Tocantins: decifrando os caminhos do agronegócio. In: Simpósio internacional e Simpósios nacional de geografia agrária e jornada das águas e comunidades tradicionais, 7., 8., 2015, Goiânia. **Anais...**, Goiânia: UFG, 2015, p. 3379-3390.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Dilma e Kátia Abreu anunciam criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. 2016. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/05/dilma-e-katiaabreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MIURA, Juliana. Inteligência territorial e os desafios do crescimento sustentável da agricultura brasileira. **XXI Ciência para a vida**. Embrapa. Jan. 2016. Disponível em: <http://evaristodemiranda.com.br/wp-content/uploads/2016/05/XXI-Ciencia-para-a-vida12_EvaristoMiranda.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

ONDEI, Vera. Terra de valor. **Dinheiro Rural**, S.I, v.19, set. 2015. Disponível em: <<http://dinheirorural.com.br/secao/capa/terra-de-valor>>. Acesso em: 16 nov. 2015

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Potencialidades da análise regional no estudo das tendências de modernização e fragmentação do território. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 9, Nº 1, p. 13-22, 2009.

_____. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n.1, p.95-104, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11255>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil Século XXI - por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: [s.i], 1994. .

_____. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O retorno do território. In: **OSAL:** Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura Silveira. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinicius Antunes de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba.** Dissertação (mestrado em Geografia). PPGeo-UFU, Uberlândia, 2017. 193f.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

SLC AGRÍCOLA. **Informações institucionais.** Disponível em: <<https://www.slcagricola.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SPADOTTO, Bruno Rezende. *Land grabbing* e uso do território: capital financeiro e apropriação de terras no sul do maranhão e Piauí (MATOPIBA). In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 16., 2017, La Paz. **Anais...**, La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2017.

SOLLUS CAPITAL. **Informações institucionais.** Disponível em:<<http://www.solluscapital.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

Sobre os autores

Glaycon Vinícios Antunes de Souza – Graduação em Geografia Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestrado em Geografia Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2031-5371>.

Mirlei Fachini Vicente Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-1094-8829>.

Como citar este artigo

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta, foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. O autor **Glaycon Vinícios Antunes de Souza** ficou especialmente responsável por parte do desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e sua interpretação e pela elaboração de elementos cartográficos; o segundo autor **Mirlei Fachini Vicente Pereira**, foi o responsável por parte de alguns elementos teóricos, inserção de argumentação conceitual e bibliografias pertinentes ao tema do artigo, revisão textual e de elementos cartográficos e figuras presentes no texto.

Recebido para publicação em 15 de maio de 2018.
Devolvido para a revisão em 15 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 26 de setembro de 2019.
